

TRANSIÇÃO DOS ENGENHOS BANGUES ATÉ AS USINAS DO BRASIL

Samir Alberto Rêgo Café

Economista

samir.rego1978@hotmail.com

André Maia Gomes Lages

UFAL - FEAC- Mestrado em Economia Aplicada. Doutor em Economia pelo
IE/UFRJ André_lages@msn.com

Jonathan de França Santos

UFAL- FEAC –Graduado em economia e Mestrando em Economia UEPG
jonathanfranca22@gmail.com

Miguel Dias Tambas

Formado em Ciências Econômicas, pela UFAL, 2013, Pós-graduação em Gestão Financeira e
Controladoria pela FGV, 2016 e Especialização em Gestão e Planejamento Estratégico Empresarial,
pela UNEAL, 2021 e e-mail: miditamba@hotmail.com

Resumo - O presente artigo buscou realizar uma análise sobre a Evolução histórica do Desenvolvimento da Atividade Canavieira do Brasil, a transição dos engenhos banguês até as Usinas Açucareiras. Nesse sentido o presente trabalho traz uma leitura que tenta explicar os elementos poucos visíveis na literatura mais atual sobre o tema. Esse trabalho é mais necessariamente descritivo buscando novos caminhos relevantes para explicar da criação e transição dos engenhos banguês até a implantação das usinas no século XX.

Palavras-chave: Engenho, Usina, Açúcar, Álcool e Cana.

Abstract - This paper sought to carry out an analysis of the Historical Evolution of the Development of Sugarcane Activity in Brazil, the transition from the banguês mills to the Sugar Mills. In this sense, the present work brings a reading that tries to explain the elements that are barely visible in the most current literature on the subject. This work is more necessarily descriptive, seeking new relevant ways to explain the creation and transition of the Banguês mills to the implantation of the plants in the 20th century.

Keyword: Plant, Sugar Mill, Sugar, and Sugarcane.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo básico fazer uma análise descritiva e empírica da transição dos antigos engenhos para usinas no Brasil, tomando como referência para isso as unidades da federação: Alagoas, Pernambuco e São Paulo.

Sabe-se que a dinâmica da atividade sucroenergética no Brasil implicou uma significativa mudança espacial no perfil da área ocupada no país. Isso quer dizer que outras unidades da federação passam a tomar a frente de antigos produtores como Pernambuco e Alagoas em termos de quantidade produzida, isso se verifica por três motivos básicos; sendo que o primeiro deles é um motivo que também explicita os dois seguintes. Então, a mudança de política econômica do governo federal em relação ao setor foi alterada a partir dos anos 90 no governo Collor, mudança que foi se consolidando ao longo daquela década. Essa mudança implicava de fato a desregulamentação da atividade. Por outro lado, o suporte dado pelo governo federal a partir de 1975 a política energética principalmente se deu com a criação do Proálcool, uma reação quase imediata ao primeiro choque do petróleo de 1973. Variações na política macroeconômica são aspectos que interferem historicamente direta ou indiretamente na realocação e expansão espacial da atividade no país. Isso também torna mais claro as limitações dos Estados de Alagoas e Pernambuco por conta da indisponibilidade de áreas de expansão, restrições edafoclimáticas, e mudanças no ambiente institucional. Essas mudanças significaram uma redução da segurança sobre o direito de propriedade por conta de mudanças na política agrária a partir do primeiro governo Lula. A ampliação da área com produção de alimentos fortalecida para atender a demanda crescente do mercado interno, por um lado, em função até do programa bolsa família e processo de valorização real do salário-mínimo.

Essa dinâmica recente, foi antecedida por um processo de desregulamentação do setor, a qual ajudou a "desocupar" áreas de produção de cana; as quais vinham sendo infladas por uma série de subsídios consequentes do programa Proálcool, iniciado em 1975. Esse programa visava substituir o uso do carro movido a gasolina, mesmo que com margem de participação do álcool anidro, por carros movidos inteiramente a álcool (hidratado).

Esse trabalho analisa a passagem dos antigos engenhos para as modernas usinas. Essas atualmente ameaçadas em sua permanência, pelo menos na quantidade existente. A realidade atual de fato é amplamente diferente, pois antigos grandes produtores de cana no Nordeste brasileiro passam paulatinamente a serem superados por unidades da federação do centro oeste, sudeste e sul do Brasil. A caracterização dessa época exige, portanto, um exame mais detalhado de uma época, conforme se verificará a seguir. Essa análise terá início no século XVI.

Para isso foram feitos vários estudos importantes por alguns autores como Andrade (1997), Vian (2003), Lima (2014), Santana (1970), Carvalho (2009), Meyer (1941) e entre outros, que dão um fundamento histórico da riqueza da transformação econômica no período colonial. A partir destes acontecimentos será feita uma análise descritiva e histórica propondo a passagem dos engenhos banguês até as usinas. Para isso tendo como referência essa transição dos engenhos banguês para as usinas no século XX, onde concentrava-se na produção de açúcar e álcool, melação, rapadura etc., na base da cana-de-açúcar como insumo. Mas a partir de 1933 foi criado o instituto do açúcar e do álcool "IAA" tendo como objetivo proteger a produção nordestina em relação ao Estado de São Paulo.

Desta forma esse artigo tem por objetivo geral: Tentar organizar a transição dos engenhos banguês até a criação e desenvolvimento do IAA da atividade canavieira

centralizando na produção de açúcar, álcool, rapadura, cachaça, melão, etc., no mercado externo e interno, identificando as virtudes e problemas que não foram analisados em outros trabalhos que tiveram a mesma preocupação. Isso significa realizar uma visão bem detalhada através dos historiadores econômicos desse país.

Objetivos Específicos: (i) fazer um levantamento histórico e Empírico da transição dos engenhos banguês as usinas; (ii) organizar os dados atualizados das tabelas explicando a produção e comercialização da cana, açúcar e álcool, os engenhos e as usinas (iii), explicando sobre a criação e modernização do IAA.

Metodologia

A metodologia deste trabalho consiste em pesquisas bibliográficas e documentais e outras fontes de bibliografia extraídas de jornais de época, as fontes bibliográficas estão disponíveis em um acervo.

A pesquisa para esse artigo tem caráter descritivo, histórico, documental e empírica. É uma pesquisa mais de sentido indutivo do que dedutivo.

Resultados e discussões

Evolução histórica da atividade canavieira durante o período colonial.

Segundo Andrade (1997), o território alagoano foi visitado por uma das expedições portuguesas e por corsários franceses no início do século XVI, na época do descobrimento do Brasil. A presença francesa no litoral alagoano ainda hoje é destacada, no município de Marechal Deodoro, que contém uma praia famosa e conhecida nacionalmente com o nome de Praia do Francês, associado a presença não desejada dos franceses na época inicial da colonização portuguesa.

Conforme o mesmo autor no início do século XVI, portugueses e os franceses se infiltraram para explorar a costa brasileira; e manter contato com os povos indígenas, adquirindo produtos da terra, sobretudo o pau-brasil, através das trocas de mercadorias via sistema de escambo. Mas foi a partir de 1530 que se intensificou o processo de colonização do Brasil por Portugal, em função daquele país temer perder o território de Santa Cruz.

O processo de povoamento que ocorreu na capitania, foi definido pela cultura da cana-de-açúcar e teve uma forte participação do capital holandês. Na época que os holandeses estavam instalados na Capitânia de Pernambuco, resolveram investir na modernização dos engenhos através do capital holandês e/ou judaicos, que se empenharam na implantação dos engenhos e na aquisição de escravos africanos para a expansão dos canaviais.

Os canaviais ocuparam inicialmente as várzeas do Beberibe e do Capibaribe, em Pernambuco, e só no governo de Duarte Coelho os canaviais começaram a ocupar e a se expandir de norte e a sul nas várzeas dos rios que desembocam no Atlântico.

Ascensão e a crise dos engenhos banguês no período colonial

Desde os primórdios da colonização do Brasil, a cana-de-açúcar foi ganhando uma grande importância e foi acompanhando a expansão espacial da colonização portuguesa,

principalmente no litoral nordestino. Isso levou, aos poucos, o processo de expansão dos engenhos banguês. Constituindo assim, as características necessárias do sistema dos engenhos da época colonial. Este sistema se estruturou e dominou a sociedade até a substituição pelas usinas de açúcar (ANDRADE,1997; p. 21).

Segundo Santana (1970) e Diegue Júnior (1980), nos primeiros anos de atividades no território alagoano, verifica-se que os engenhos "Buena Aires e Escurial foram os mais antigos engenhos registrados em Alagoas, os quais pertenciam a Cristovão Lins. Esse Alemão de Dorndorf, ao sul de Ulm, cidade alemã. Fundador de Porto Calvo, onde residia por volta de 1590. Ele possuía três engenhos localizados no que viria a ser território alagoano; os quais são supostos por Manuel Diegues Junior serem: Morros, em Porto Calvo, o Baixo, depois do Meio e mais tarde Bom Jesus e Maranhão. No caso, dos dois últimos, ficavam em Camaragibe.

Segundo os mesmos autores esses engenhos funcionavam movidos a água ou com tração animal. Aqueles engenhos movidos a água tinham uma importância maior por terem maior capacidade de produção. Essa água tanto podia cair na parte superior da roda, quando então os engenhos ganhavam o batismo de copeiros, como no meio, nesse caso ganhavam o nome de covilheiros ou meio-copeiros, quando essa água vinha pela parte inferior, o nome desses engenhos era rasteiro. Os engenhos secundários eram movidos pela tração animal de bois ou éguas (nas almanjarras).

A cana cultivada, durante este período, era a variedade Crioula, a qual foi trazida do oriente e adaptada no Mediterrâneo e nas ilhas do Atlântico, antes de ser difundida no Brasil. Naturalmente as variedades antigas vão sendo paulatinamente destituídas por conta da degeneração genética, sendo progressivamente difundidas novas variedades geralmente adaptadas a sua finalidade principal.

Os engenhos foram construídos nas margens dos rios, geralmente composto por senzala, onde moravam os escravos; e uma casa-grande, residência da família proprietária. Além disso, geralmente constava uma capela. A casa-grande era construída sempre nas partes mais alta (ANDRADE,1997 e DIEGUE JÚNIOR, 1980).

Conforme Santana (1970), o relatório holandês, a partir de 1639 na capitania de Pernambuco (Alagoas), registrava 16 engenhos que produziam açúcar bruto e rapadura no território atual Alagoas conforme a tabela 1 abaixo sendo Santana (1970).

Tabela 1 Número de Engenhos de Alagoas de 1639-1905

Ano	Engenhos
1630	14
1639	16
1730	47
1749	61
1774	69
1802	180
1849	316
1854	400
1859	475
1879	632
1881	661
1883	682

1897	993
1905	964

Fonte: Santana (1970) e Carvalho

Atualmente, os engenhos, os mais raros, que ainda sobrevivem não passam de modestas engenhocas de rapadura, por motivos pomposamente crismados como engenhos, localizados principalmente na zona serrana da Água Branca. Exceção deve ser feita para três situadas em Coruripe, Murici e União dos Palmares, que possuíam os velhos banguês com base na informação de Santana (1970). E o que aconteceu antes disso então? Muitos foram absorvidos pelas modernas usinas ou incorporados como umas simples fazendas de plantação de cana.

Tabela 2 Número de Engenhos sem Turbina de Alagoas, Pernambuco e São Paulo (1937-1965)

Unidades	Engenhos Sem Turbina			
	Com Turbina			
País/Estados	Brasil	São Paulo	Alagoas	Pernambuco
Ano				
1937
1940	316	149
1945	247	98	...	2
1950	304	106		1 3
1955
1960
1965				

Fonte: Anuário Estatístico de Vários Anos

Segundo Lages (1993), a partir da metade do século XVII, a produção nordestina estava voltada, quase exclusivamente para exportação de açúcar e o Brasil tinha um grande papel, era o domínio sobre o mercado externo, ou seja, o Brasil colonial tinha um grande poder sobre o monopólio comercial do açúcar no mercado externo, alcançando o poder de monopólio e determinava o preço da venda do produto. Na segunda metade do século XVII, no entanto começou a surgir uma crise que dificultava drasticamente as exportações do açúcar brasileiro, esse problema foi causado desde o início da expulsão dos holandeses da Capitania de Pernambuco, em 1654.

Para Carvalho (2009), a partir do século XVII a produção açucareira nas Antilhas foi introduzida no Caribe, pelos holandeses, que haviam sido expulsos no Nordeste brasileiro no século XVII. Aquela região produtora apresentava um processo de modernização com a introdução de novas variedades vegetais da cana-de-açúcar, novas maquinarias industriais, e possuindo um método de fabricação inovador com a utilização do bagaço da cana-de-açúcar para aproveitamento da produção de energia; além da criação de novos produtos (como a produção de rum, por exemplo), gerando um diferencial de qualidade e preços do açúcar permitindo a região do Caribe ter condições de suplantar a produção nordestina. No

Brasil, mesmo perdendo espaço para o produto elaborado nas colônias europeias do Caribe, havia uma resistência a introdução de inovações capazes de superar a forma atrasada de elaborar o açúcar (CARVALHO, 2009; p. 12).

Conforme Meyer (1941), embora a origem do açúcar no Brasil esteja na capitania de São Vicente, esse não progrediu naquele Estado, segundo ele por conta da ocupação de mineradoras em muitas zonas. Somente no século XVIII, volta a ressurgir o vigor da cana com o aparecimento de alguns engenhos (MEYER, 1941, p. 19).

Segundo Andrade (1997), no século XIX foram introduzidas algumas alterações na agroindústria canavieira, mas esta apresenta de fato um crescimento inferior, se comparando com a produção do açúcar das Antilhas, que fazia concorrência no mercado europeu. Os produtores de açúcar se defrontaram com uma série de problemas, que não conseguiam resolver e não recebiam incentivos do governo; além disso, a preocupação de se manter de uma vida faustosa de famílias geralmente numerosas impedia que os principais produtores disponibilizassem de recursos para investirem na modernização da agricultura e da indústria.

Nas últimas décadas do século XIX, a situação do açúcar brasileiro passou por profundas modificações colocando a indústria açucareira numa situação difícil, que levou os senhores de engenhos de várias províncias das Alagoas, a procurarem melhorar a sua indústria açucareira, instalando turbinas que são utilizadas para a produção do açúcar cristalizado. Na verdade, essas meias-usinas eram naturalmente, que abriam mais perspectiva para que os engenheiros progressistas se candidatassem a instalar os engenhos centrais em Alagoas e esse projeto numeroso não teve um grande sucesso no êxito (ANDRADE, 1997; p. 25-31).

Para Carvalho (2009), na verdade a crise se espalha com uma de força no setor açucareiro nordestino, e novamente, o poder público entra em ação. Como meio de modernizar a produção açucareira para viabilizar as exportações, o governo imperial decidiu em 1875, transformar os velhos engenhos banguês em unidades industriais mais avançadas, que possibilitou os engenhos banguês se transformarem em engenhos centrais, essa foi uma solução que buscava a especialização, separando as atividades agrícolas do industrial, estimulando a introdução de inovações tecnológicas. Mas essa ideia era aumentar a produtividade nos dois setores, reduzindo o custo de produção do açúcar, transformando esse produto mais competitivo no mercado internacional.

Essa experiência dos engenhos centrais foi introduzida nas Antilhas, que permitiam, na opinião dos ministros do império, a intervenção governamental, esse fato foi um marco importante para implantação da tecnologia modernizadora na área onde se concentravam os engenhos banguês com uma introdução de novas maquinarias, no processo de produção e nos cultivos inovadores e, principalmente a ampliação da escala de produção mais eficiente nas indústrias mais modernas (CARVALHO, 2009; p.15).

Expansão dos Engenhos Centrais e das Usinas e a decadência dos engenhos banguês

Conforme Tenório (2011), a evolução do processo produtivo da atividade canavieira registrou periodicamente diversas crises e adaptações em suas diferentes fases. O velho engenho banguês atravessou em diversos anos e séculos como um elemento vivo da paisagem alagoana, num ciclo que aparecia interminável. Em 1850, no Porto de Jaraguá traziam em quantidades de arados de ferro da Inglaterra que iam ganhando adeptos, apesar do apego à enxada, à foice e ao machado. A mão-de-obra escrava utilizada na agricultura operava os instrumentos de plantio e corte da cana e a produção do açúcar na indústria

rudimentar. Mas com os ventos da mudança que ocorriam com a era da revolução industrial começaram a soprar por toda a parte, e não respeitavam as barreiras.

Segundo Vian (2003), a região do Nordeste do Brasil era a maior produtora de açúcar do país na época do período até as principais décadas da fase republicana, só perdendo para hegemonia de São Paulo, na Metade do século XX. A crise cafeeira estimulou a cultura da cana-de-açúcar, a expansão da produção de aguardente e o uso da cultura da cana na alimentação animal. No entanto, os engenhos centrais começaram a fracassar no Nordeste, pois a utilização das máquinas e equipamentos velhos impediu que a produtividade aumentasse.

A partir de 1877, começaram a surgir os primeiros engenhos centrais em São Paulo como nome de Porto Feliz e depois foram criadas três unidades Piracicaba, Lorena e Raffard. Embora essas unidades produtivas fossem denominadas de “Engenhos Centrais”, não havia a separação da propriedade entre agricultura e indústria, portanto os proprietários eram fazendeiros de café, cana e algodão.

No início do século XX, as unidades produtivas de açúcar espalharam-se em São Paulo, sendo implantadas por fazendeiros de café com os lucros das exportações. Também existiram casos de usinas montadas por grupos econômicos ligados ao comércio de açúcar e outros ramos da atividade industrial de transformação. Nesse período surgiram várias unidades industriais importantes como: Da Barra (1901), Amália (1903), Esther (1905), Albertina (1916), Junqueira (1922) e Furlan (1930) (VIAN,2003, p.62-69).

Segundo Andrade (1989, p.19-27), a primeira usina instalada no Estado de Pernambuco foi a denominada São Francisco da Várzea, que teve sua primeira moagem em 1875, enquanto os primeiros engenhos centrais, usina e de meio-aparelhos, passaram a competir nas áreas canavieiras da mata pernambucana, adquirindo engenhos controlando as safras, já desmontados e de fogo morto e construíram estradas de ferro como meio de controlar um espaço antes denominado pelos banguês.

A primeira iniciativa do processo de modernização do parque açucareiro pernambucano coube a própria burguesia agrária, de vez que as primeiras unidades modernas de produção de açúcar foram as usinas e não os engenhos centrais. A partir de 1874 a 1884 foram implantadas seis unidades na província, todas de propriedades de líderes do grupo açucareiro pernambucano.

Segundo Santana (1970), a partir do 1870, portanto antes da abolição da escravatura, ocorreu a decadência dos engenhos banguês devido ao baixo rendimento industrial, concomitantemente dos processos rotineiros utilizados no cultivo da cana e na produção do açúcar, onde eram empregados a enxada para plantar, na foice e no machado para limpar, moendas movidas por animais e a caldeiras a fogo nu (SANTANA, 1970, p. 305).

Apesar dos incentivos proporcionados à sua implantação. Os primeiros engenhos centrais começaram a funcionar 1877 em São Paulo, 1884 em Pernambuco e em Alagoas, a primeira safra foi colhida em 1892. Na região alagoana houve dificuldades para definir a área que deveria ser instalado o engenho central.

A substituição dos engenhos banguês por engenhos centrais constituiu em uma evolução técnica da indústria açucareira. Além deste salto, merece ser salientado o avanço ocorrido com: a introdução do uso do arado, a substituição da lenha pelo bagaço da cana como combustível, a substituição nas moendas dos tambores em posição vertical por tambores em posição horizontal, a introdução de novas variedades de cana e da máquina a vapor nos engenhos mais importantes.

Outro fator de grande importância foi a construção da estrada de ferro em direção ao interior de Alagoas. Fazendo com que os produtores deixassem de escoar seus produtos através de pequenos portos ou em lombos de burros. A partir deste momento a produção já poderia ser escoada pelos trens que ligavam o Vale do Mundaú a Maceió. A construção que se iniciou em 1882, chegou à estação de União em 1884 em Viçosa chegou em 1891. O ramal do Norte chegaria a São José da Laje em 1894. E no século XX penetrou no sertão, atingindo Palmeira dos Índios e com ligação ao sul, com a estação de Porto Real do Colégio.

Para Tenório (2011), neste momento são essas usinas e destilarias, verdadeiras atividades industriais, que lideraram um processo de modernização do setor sucroalcooleiro, trabalhando com estratégia competitiva no efeito no mercado nacional. Caracterizando, na verdade, o componente do estágio mais recente nesse mundo equívoco e desafiador. Embora a entrada de novos estados nos plantios de cana-de-açúcar e exportação de açúcar e álcool tenha modificado o ranking das unidades produtoras, as pequenas unidades produtoras mantêm um maior destaque no setor, ocupando uma das primeiras colocações e mantendo em destaque os Estados como São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Pernambuco a liderança dessa importante economia brasileira.

Segundo Carvalho (2009), essa tentativa no processo de modernização se reflete no período de transição entre os Engenhos banguês, para os Engenhos Centrais e para as modernas Usinas. Entretanto, os proprietários dos Engenhos banguês temendo de perder o controle sobre o complexo canavieiro continuariam a moer cana-de-açúcar nos seus Engenhos banguês. Os Engenhos Centrais, apesar de serem derrotados pela instabilidade de produção de matéria-prima, por não poderem contar com o fornecimento regular da cana-de-açúcar a preços que tornaram cada vez mais o açúcar competitivo, esses Engenhos Centrais, que foram substituídos por modernas Usinas por conta de um avanço da tecnologia, que era superior ao do Engenho banguês. Essas Usinas resolveram o problema ao plantar a própria cana.

Segundo o mesmo autor em 1892, em Alagoas surgiram três usinas a Central Leão, Serra Grande e Cansação do Sinimbu, em 1894. A partir de 1902 foram criadas seis unidades industriais: Apolinário, brasileiro, Central Leão, Serra Grande, Sinimbu e Uruba. Essas seis unidades tomaram suas primeiras iniciativas no processo de modernização, na produção açucareira Alagoana, a partir do século XIX até o século XX. Em 1908 a Usina Sinimbu introduziu uma análise química do solo e a adubação verde, em 1925, a Central Leão foi a primeira Usina brasileira a ser eletrificada e depois, a Serra Grande através da inovação utilizou a fértil irrigação por aspersão de acordo com essa evolução histórica da atividade canavieira em relação à inovação da tecnologia.

De acordo com a análise de Andrade (1997), Carvalho (2009) e Santana (1970), em Alagoas foi implantada a usina denominada Usina Brasileiro foi a primeira a ser instalada em Alagoas com as máquinas da Fives Lille e era de propriedade de Felix Wandesmet, tradicional industrial de nacionalidade francesa. Na primeira safra, ela moeu apenas 4000 sacos de açúcar, mas, já em 1905, tinha sido reformada tendo a sua capacidade de esmagamento de cana elevada com a implantação de jogos de três moendas cada um.

Em 1922, a firma proprietária da usina, que se denominavam Felix Wandesmet, posteriormente mudou de nome passando para Wandesmet & Cia, em 1933, tornasse sociedade anônima Usina Brasileiro S.A. O controle acionário passou para o grupo Pernambucano, o Berardo Carneiro da Cunha, que a administrou até o fechamento dessa atividade.

Nesse caso da Usina Brasileiro, apesar de seu fracasso, que resultou, dentre outras causas de não haver procurado modernizar-se a partir da década de quarenta, e de não haver estendido demais os seus canaviais, encarando demais o transporte da matéria-prima e tendo que competir com novas Usinas, que foram implantadas em sua área de influência, disputando as terras e as canas.

A Central Leão, foi à segunda usina a funcionar em Alagoas que também era denominado de Central Utinga Leão, foi fundada por Luiz Amorim Leão, era um alagoano filho de um comerciante português, Manuel Joaquim da Silva Leão, que enriquecera com o comércio do açúcar e com empréstimos de dinheiro a juros com os senhores de engenhos da província. Eles possuíam três engenhos, o Utinga, Oficina e a Boa Paz, resolveu implantar uma usina de açúcar localizado em Rio Largo obtendo, naturalmente, os empréstimos oficiais de uma vez, desde o advento da República e a abolição da Escravatura, onde houve um esvaziamento dos sistemas dos engenhos centrais, que se passou a predominar os empreendimentos dos proprietários.

Nessa visão do industrial o Luiz Leão e seus sucessores começaram a investir tanto no setor agrícola, quanto industrial, promovendo o aumento da produção. A partir do crescimento constante das safras de 1930/1, a produção de açúcar saltou de 234 mil sacos, na safra 1940/1 a produção de açúcar saltou de cerca de 362.864, na safra em 1981/2 a produção açucareira saltou de 439.183 sacos de açúcar e na safra de 1987/8 a produção açucareira cresceu de cerca de 1.381.152 sacos de açúcar, levando essa usina a ser a 4ª colocada no ranking do Estado de Alagoas. A Usina Leão tinha, no entanto, uma grande parte de suas terras estavam debaixo do curso do rio Mundaú, provocando uma permanente inundação das várzeas que, se essas áreas fossem drenadas, poderiam dar uma produção muita elevada. Posteriormente a usina tinha se desenvolvido durante os anos cinquenta, essa política de drenagem das várzeas baixas, secando os paus e fazendo crescer os canaviais, através do aproveitamento ainda mais argila depositada com as aluviões para estimular e desenvolver uma indústria de cerâmica. Procurou adquirir vários engenhos e absorveu pequenas usinas, com a Esperança e Pau Amarelo.

De acordo com Santana (1970) a Usina Sinimbu moeu pela primeira vez a partir da safra de 1894/95 produzindo 11.883 sacos de açúcar, por causa do inverno rigoroso. A Usina Sinimbu foi implantada com capitais ingleses da firma, Boxwell, Williams & Cia, esse grupo tinha adquirido os engenhos Ilha, Novo Sinimbu e Jequiá e, além disso, de propriedade Marcação e da parte da Grota Vermelha. Como essas propriedades ficavam localizadas nas margens do rio Jequiá, que desaguava na lagoa do mesmo nome, o engenho fez construir uma estrada de ferro ligando a lagoa para estimular o acesso maquinário a ser utilizada para fazer parte do escoamento da produção de açúcar.

Com a implantação dessa ferrovia, que, porém, acarretou um problema com os proprietários de engenhos, que se tornaram seus fornecedores. De acordo com esse trabalho na construção da Usina, que foi iniciado em 1893, que já no ano seguinte, começou a ter sua primeira safra 1893/94. O crescimento dessa usina foi fácil, visto que produzia açúcar e aguardente, e essa usina possuía uma várzea fértil que era capaz de atender a fome da cana da usina; na safra de 1991/2, a usina produzia 33.334 sacos de açúcar. A organização era controlada em Recife, uma vez que a companhia possuía em Pernambuco a Usina Tiúma, com uma capacidade de produção do que a Usina Sinimbu, no entanto as oscilações de preço do açúcar tiveram fortes impactos sobre o desenvolvimento da sua produção, foram criados sérios problemas na empresa que se denominava Companhia Usina Cansação do Sinimbu.

De acordo com essa análise geográfica da área, que indica que a várzea era pequena para abastecer uma usina de maior porte, impedindo que essa Usina Sinimbu tivesse um crescimento de produção semelhante, aos das usinas que se localizavam nos vales do Mundaú e do Paraíba do Meio. Posteriormente a Usina Sinimbu estava condenada por ser por muito tempo uma usina de pequena, que estava superando num patamar de cerca, de 47.173 sacos de açúcar na safra de 1930/31, superando-se para 90.547 na safra 1950/51. Mas o controle acionário passou para o grupo Pernambucano dos Irmãos Coutinho que resolveram investir nos Tabuleiros de São Miguel dos Campos, que eram considerados impróprios para cultura de escol, naquela época, e passaram a desmatar a floresta, que foram substituídas por canaviais.

A cultura da cana-de-açúcar no Tabuleiro, em que pressupunha uma melhoria no tratamento do solo, para a utilização de variedades de cana como Co-333, que se chamavam vulgarmente de 3x, mas os custos compensavam porque mesmo com a produtividade agrícola relativamente muito baixas nas várzeas, e o custo de produção, com a utilização de tratores, que eram mais baixo, nas safras pôde aumentar-se, atingindo os 514.238 sacos de açúcar, em 1970/71, 1.121.568 em 1980/1. Com a expansão dos canaviais nos tabuleiros, que foram iniciados pela Usina Sinimbu e continuava nas demais usinas que contribuíram, com o desmatamento e a desapropriação de terras de pequenos agricultores que viviam em “sítios”, que eram situados no planalto, uma área onde se concentravam o domínio do cerrado com grande incidência de cajueiros e mangabeiras.

A Usina Serra Grande começou como meio-aparelho (sem vácuo e evaporadores) em 1894. A história das Usinas Serra Grande estava cada vez mais ligada a Usina Apolinário, que naquela época ambas as usinas pertenciam ao mesmo grupo, que essa usina encerrou as suas atividades industriais em 1930.

Essas duas usinas, Apolinário e a Serra Grande, pertenciam ao um grupo empresarial de origem Pernambucana, que imigrou de Timbaúba para São José da Laje (que era denominada naquela época o município de Lajes do Canhoto), a última década do século XIX. O primeiro a chegar foi o capitão João Camelo Pereira de Lyra, que chegou a Alagoas e comprou o engenho Apolinário. Mas a partir de 1895, ele próprio se associou ao genro Luiz Lyra, que implantou e montou um aparelho, adquirindo a parte de maquinaria, em Recife e em São Luiz do Quitunde, no engenho Guindaste. Porém ninguém sabe se esse engenho chegou a ser um meio-aparelho, ou se houve uma tentativa frustrada de instalação, a primeira safra foi 1895/6.

Mas a partir de 1897 com a morte do Luiz Lyra, as usinas Apolinário e a Serra Grande foram arrendadas e adquiridas pelo coronel Carlos Lyra (avó dos irmãos João Lyra e Carlos Lyra que possuem hoje uns dos maiores grupos econômicos de Alagoas), que procurou administrá-la conjuntamente com a Serra Grande.

Naquela época no dia 5 de janeiro de 1924, foi criada e inaugurada a Usina Hidrelétrica do Granjeiro, que também sobre o rio Canhoto, com duas turbinas capazes de produzir 250 K.V.A., cada uma, fornecia energia para abastecer uma fábrica e a iluminação pública e particular da cidade São José da Laje. A partir de 1940 a nova usina hidrelétrica foi construída, a Oriental, que era movida pelas águas do açude “Maria Maior”, que foi integrada por uma turbina de 500 K.V.A., e outra retirada da hidrelétrica do Granjeiro, de 250 K.V.A.

Naquela época, o Carlos Lyra ligou as duas usinas em 1907 por uma estrada de ferro, diversificou as suas atividades econômicas cultivando algodão e criando gado zebu, adquiriu novas propriedades, e implantou máquinas para descaroçamento de algodão, ele ainda

manteve suas atividades empresariais destacando, no sul do país, a partir de 1927 a empresa do Carlos Lyra passou produzir álcool motor, como meio de substituir a gasolina, um produto importado, por um produto nacional. A empresa que produzia álcool era USGA, e era comercializado e distribuído para Recife, Maceió, Caruaru, São José da Laje e entre outras cidades.

A partir da década de 60 a Usina Serra Grande foi adquirida para outro Grupo Pernambucano o Luiz Dias Lins, que era um empresário que atuava no ramo açucareiro (Usina Trapiche), têxtil e de seguros, mas a produção não parava de crescer, colocando na última safra, no ranking no 6º lugar em Alagoas, com uma produção de 1.282.063 sacos de açúcar (ANDRADE, 1997; p.49 CARVALHO, 2009; p.17 SANTANA, 1970; p.344).

Segundo Lages (1993), que ao observar que o mercado interno de Pernambuco e São Paulo chegou a representar, a partir de 1924-28, ou seja, durante quatro anos, um patamar de 84% das exportações totais. Na década de 20, no entanto, os produtores paulistas começaram a produzir açúcar em escala crescente, de modo, em que as refinarias na região sudeste passaram a ser cada vez mais suprida por matéria-prima local, o que se referem quando o complexo açucareiro passou por um processo de expansão no Estado de São Paulo, aumentando sua maior participação no mercado interno. O Nordeste, naquela época passou por profundas crises por causa da defasagem tecnológica na parte industrial, a maior concentração na produção de açúcar mascavo (que não possui produtos químicos, é utilizado na produção de rapaduras), ou seja, esse açúcar não é refinado, a parte desse açúcar bruto era repassada, para o Sudeste para ser refinado. Também naquela época na década de 20 antes da criação do IAA, que será discutido na próxima seção, o capital mercantil era parcialmente concentrado no Sul e no Sudeste em todo país, deixando o Nordeste de fora com a maior parcela dos retornos dos investimentos no processo de comercialização do açúcar no mercado interno. Provocando uma dificuldade no excedente de produção no mercado externo nordestino, enquanto o Sudeste como o Estado de São Paulo continuava a crescer apesar das consequências desfavoráveis por conta das constantes quedas de preços no mercado internacional.

Esse agravamento dessa crise no setor açucareiro já se espalhava antes da 1ª Guerra Mundial, por conta da falta de iniciativas mais fortes, que colocasse essa determinação nessa política do setor açucareiro. Por consequências dessa guerra, no entanto, conseguiu evitar sérios problemas para indústria açucareira, por conta do aumento da cotação do preço açúcar de cana no mercado internacional, em relação ao preço do açúcar de beterraba, que estava proibida a produção no solo Europeu por consequências da guerra durante 1914-18. A 1ª Guerra Mundial era uma falsa sinalização aos produtores brasileiros, em que se expandia a sua capacidade produtiva do setor açucareiro e também na parte agrícola, como no industrial, que incentivou os produtores a aumentar sua produção de açúcar no mercado mundial, mas com o término da 1ª guerra mundial, o setor açucareiro passou por, uma dificuldade em relação à queda do preço no mercado internacional, causando uma superprodução no mercado nacional, que gerou uma série de consequências graves, contribuindo com a crise de 1929.

A partir da década de 20 nesse século, foram descobertos as Estações Experimentais da Cana-de-açúcar com o objetivo de aumentar a produtividade na área agrícola, foi criado na Lei 4.456, de 07/01/1922, de acordo com essa lei foi criado pelo Governo Federal a Caixa Reguladora do Açúcar, que tinha como atribuições promover as exportações e estimular o uso do açúcar na produção de doces e chocolates, como acontece nos dias de hoje, de acordo

com essa recompensa desse serviço que era uma contrapartida financeira dos produtores de açúcar.

Apesar dos acontecimentos, diversas tentativas, para proteger a produção do açúcar e álcool foram implantadas, através de incentivo e apoio de cooperativas de produtores, que contribuiu como fonte principal, nesse período com a criação do IAA, essa experiência foi realizada em 1926, em Pernambuco. De acordo com essa tentativa, mas, sempre tiveram bons resultados como foi planejado.

Naquela época, o álcool era um subproduto muito importante extraído da cana, em que era utilizado na indústria farmacêutica, e por outras indústrias, mas no decorrer do tempo esse produto através das experiências de muitos pesquisadores, que fizeram descobertas do uso do álcool para uso carburante durante a década de 20.

No Governo de Getúlio Vargas a produção de álcool recebeu muitas atenções, através dos incentivos, pelo governo federal, naquela época de 1930, o álcool era um instrumento importante para substituir o açúcar, por consequências da superprodução e também era um instrumento importante para substituir a gasolina importada, mas o governo federal determinou que o álcool anidro fosse misturado 5% ao petróleo e de 10% caso o veículo pertencesse ao governo estadual e municipal, de acordo com a resolução, foi feito em um levantamento em prática no dia 03/08/1931, que possibilitou a criação do Ministério da Agricultura e a Comissão de Estudos sobre o álcool motor-CEM .

A partir da década de 1930, o estudo foi estimulado tendo como objetivo controlar a oferta de açúcar, que já estava bem avançada. O governo federal, através de seu Decreto nº 20.401, de 15/09/1931, estabeleceu uma das principais medidas para a defesa da indústria e do comércio do açúcar, para incentivar uma relação entre os interesses dos industriais, plantadores, comerciantes e consumidores.

As medidas, que se destacaram foram os subsídios, para o Nordeste, que contribuíram com os Estados de Alagoas e Pernambuco, que são os principais produtores de açúcar nacional. Os produtores paulistas tinham vantagens para aumentar sua maior participação na produção nacional e tinham vantagens crescentes para abastecer o mercado do Sul e do Sudeste. Para evitar o excesso de oferta na produção de açúcar no Sudeste, foi criado o Decreto nº 20.761, de 07/02/1931, uma Comissão de Defesa de Produção de açúcar- a CDPA, que era composto por membros do governo federal, e dos principais Estados produtor.

Para o mesmo autor com relação as principais medidas, para determinar o controle da produção de açúcar em todo Brasil, os resultados definidos logo fizeram a sentir, os efeitos da intervenção do governo federal, que levou os preços do açúcar a começaram a reagir. Em novembro de 1932, através de um Decreto nº 22.152, foi restringida a produção de açúcar e foi estimulada a produção de álcool. Nesse decreto, no entanto, o setor açucareiro enfrentou sérias resistências dos produtores de açúcar, durante quatro anos depois que foi efetivado. O incentivo para a produção de álcool a partir da utilização da cana, dadas as dificuldades de mercado de açúcar, fez com que o governo federal realiza-se a fusão da CDPA e a CEAM, esse resultado dessa fusão foi possível com a criação de uma nova entidade federal denominada como instituto do açúcar e do álcool (IAA), através do Decreto nº 22.789 de 01/06/1933. Esse novo órgão tem uma função permanente e sua principal função é determinar o controle da produção, comercialização, e os preços do açúcar e álcool no Brasil.

Segundo Carvalho (2009) e Anjos & Lages (2010) o Estado de Alagoas desde o início da década de 1930, quando foi criado IAA, a partir de 1933, passou por um processo intervencionista, no qual Alagoas teve um auxílio sobre os problemas econômicos, passando por um processo produtivo, através de uma política de intervenção do governo Federal,

através de um órgão, que exercia uma influência sobre o mercado interno, fixando preços e monopolizando as compras e também regulamentavam o transporte, o manuseio e a armazenagem do açúcar.

Desde a década de 30, época da recessão internacional, Alagoas com afirmação de usinas, que se acentuava uma disputa entre usineiros e fornecedores de cana. Os usineiros consideravam uma necessidade de integrar a uma atividade agrícola a industrial, que os fornecedores não tinham condições de aprimorarem a cultura da cana, fazendo com que a produtividade agrícola, decrescesse a níveis antieconômicos. No entanto, as usinas, ficavam numa posição, da cana adquirida, mas ficavam ameaçadas de ter suas atividades industriais desestabilizadas, por causa da escassez da matéria-prima (que é a cana-de-açúcar). Porque na época colonial, elas passaram a explorar diretamente as suas terras e adquirir mais engenhos onde se colocaram como administradores.

A presença do Estado foi totalmente absoluta. A reserva de mercado, e a compra da safra possibilitavam a própria produção. A contribuição do IAA era a fixação do preço da cana, do açúcar e do álcool, que garantiam a margem dos lucros e a concessão de subsídios, especialmente na sua forma de crédito, que viabilizavam a produção por meio de instrumentos da equalização de custos, ou seja, a diferença de custo entre produtores do Nordeste e Centro-Sul, que seria incentivada pelos subsídios originários da contribuição sobre a produção nacional de açúcar, como aconteceu nesses dois Estados nordestinos de Alagoas e Pernambuco, em que tiveram destaque nessa intervenção do governo federal, que tinham como objetivo de proteger a região potencialmente menos competitiva como o Nordeste.

O IAA passou por diversos controles políticos entre os usineiros nordestinos, principalmente Pernambucanos naquela determinada entidade, que eram responsáveis pela defesa da produção regional, que são evidentes na distribuição das cotas de produção entre Nordeste em relação ao Centro-Sul, para superar esse impasse, o IAA determina um acordo para dividir o mercado nacional entre o Nordeste e o Centro-Sul, como por exemplo, o Estado de São Paulo ficavam com o mercado interno, na produção do açúcar e do álcool e o Nordeste como Alagoas e Pernambuco, ficavam com o mercado externo na produção do açúcar e do álcool.

A expansão da atividade canavieira no território brasileiro e o início da criação e intervenção do IAA nas décadas de 1930-1960

Ramos & Belik (1989) apud Szmrecsányi (1979), em 1931, pelo decreto do governo federal os estados brasileiros tinham que recolher 10% da produção do açúcar. A título de manutenção dos estoques regulares. Mas para os estados nos quais a demanda superasse a produção de São Paulo. Esse decreto permitia que substituísse os 10% da produção com uma taxa de 5 mil réis por saco destinada em partes iguais aos produtores que haviam realizado as exportações nesse período. Talvez esta tenha sido a origem desses subsídios aos produtores nordestinos. O decreto mantinha as correções dos problemas da superprodução tornando cada vez mais grave. Encontrando uma solução para esse problema logo após dois meses da criação da Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CPDA), um órgão de colegiado de representantes dos produtores com a participação do governo, para organizar a defesa do preço do açúcar.

Para os mesmos autores A CPDA logo após a regulamentação, iniciou uma intervenção sobre o setor sucroalcooleiro visando reduzir as quantidades. No entanto foi formada a Comissão de Defesa da Produção de Açúcar (CPDA) que tinha como objetivo recolher as taxas e reduzir a oferta e incentivar alternativamente o investimento em álcool carburante. Porém as exigibilidades dos poderes da CPDA e as poucas possibilidades de obtenção de resultados do curto prazo para a recém-formada CEAM (Comissão Executiva do Álcool Motor), o governo definiu por decreto criar um órgão permanente de defesa do setor. Esse resultado foi a criação do Instituto do Açúcar e do álcool (IAA) em 1933.

Atuação do IAA era calcada nos dispositivos legais emanados pelo Estatuto da Lavoura Canavieira e dos documentos complementares permitindo que se impusesse uma regulação a concorrência predominando em diferentes agentes ligados agroindústria canavieira, reduzindo os litígios abertos então existentes os trazendo para o interior do IAA.

Segundo Andrade (1989, p. 72-77), a produção açucareira crescera bastante, confrontada com a de 1914, com três usinas produzindo mais de 100 mil sacos de açúcar de 60 kg por ano, essas unidades se colocando sobre a liderança das mesmas a Catende, que estava sob administração do então Antônio Ferreira da Costa Azevedo, “o Tenente da Catende”, mas se destacaria nas décadas de trinta e quarenta como um industrial moderno e empreendedor. Após em seguida vinha a Usina Santa Terezinha, pertencente ao grupo Pessoa de Queiroz e a Central Barreiros, pertencente à família Coimbra.

A política intervencionista via IAA e o colapso dos espaços aptos a cultura da cana-de-açúcar, estava nas principais condições técnicas de dominação, esses fatores limitantes a expansão e a instalação de novas usinas. Logo após em 1930, foram implantadas cinco usinas, das quais duas tiveram sucessos significantes como a Laranjeiras localizada no Vale do Siriji e a Nossa Senhora de Lourdes no Vale do Capibaribe Mirim. As demais começaram a fracassar como a Brasil, Manuel Borba e Regalia que não conseguiram ultrapassar sua produção expressiva e fecharam suas portas.

A irrigação, foi muito preocupante para outros usineiros, cujas terras se situavam nas áreas menos úmidas, como a mata seca, sendo numerosos em açudes, e extensos os canais de irrigação, construído pela usina Túma, administrada por Fileno Miranda, que sucedera os ingleses. Na Central Barreiros a modernização ultrapassou sobretudo ao setor industrial, mas com a morte de Estácio Coimbra que provocou uma queda nesse processo de modernização, tendo seus filhos, após alguns anos, foi vendida ao grupo Brito que era envolvido na produção de doces.

De acordo com Heredias (1988), a definição desses financiamentos foi de fato possível com a utilização de recursos provenientes por via Fundo Especial de Exportação criado em 1967 de acordo com artigo nº 28 da Lei 4870 de 01/12/1965 tendo como objetivo principal a proteção da agroindústria açucareira. Esse Fundo constituía no elemento de equilíbrio para desnível até a existência dos preços do açúcar no mercado interno e externo. Desde a criação desse Fundo, em 1972, o setor apresentou um déficit para compensar as perdas existentes, subsidiava o produto utilizado ao mercado interno. Em 1972 ocorreram altas dos preços no mercado internacional esse fundo apresentou um superávit também inusitado.

Para Maia Gomes (1979), tradicionalmente, os mecanismos, que o órgão resolveu acionar para exercer a função, que tinha sido sintetizada nos seus respectivos, Planos de Defesa da Safra do Açúcar, ou simplesmente Planos de Safras do Açúcar, que foi iniciado e elaborado a partir de 1939 e anualmente refeito. Os objetivos básicos desse plano eram preservar o equilíbrio com os dados estatísticos entre a demanda e a oferta do produto no mercado interno sendo que, recentemente, a maximização dos principais excedentes de

produção, que exportava nos revela que foi incluída como um objetivo independente e mais importante.

Na mesma forma geral, em que o Plano Safra do Açúcar tinha cumprido a sua finalidade fundamental para adequar, todo ano- safra, os principais comportamentos da oferta e da demanda do produto. Entre as safras mais recentes, apenas na safra de 1974/75 averiguo as disparidades significativas da produção, que estava prevista pelo IAA, mas foi permanentemente verificada. Para alcançar os resultados, que podem ser atribuídos, através dos fatores climáticos adversos, que haviam ocorridos em ambas as regiões produtoras, que teve como consequência, as profundas crises nas exportações, tanto em termos no volume de exportação no ano anterior, que estava previsto, através do plano safra.

Outros mecanismos necessários pelo IAA eram planejar o setor açucareiro e os Planos de Defesa do Alcool, que foi alterado de 1944 a 1974. Os principais objetivos destes planos eram promover a expansão da produção e do consumo do álcool, como o caso do álcool anidro para fins carburantes. Esses resultados nos dizem a respeito como pode se constatar que à luz das séries anuais da produção alcooleira, apresentadas pelo, IAA, nunca chegaram a ser satisfatórios, mas esse certo ponto pode explicar por que, o Programa Nacional do Alcool, que foi criado fora do âmbito do IAA, a partir de 1975, que tinha, basicamente, os mesmos objetivos do Plano Safra do Alcool, não teve sua execução atribuída pelo instituto.

O Plano de safra do Açúcar e do Alcool foi constituído como principais instrumentos de planejamento usados pelo instituto durante décadas de sua existência. A partir de 1963, portanto logo depois das três décadas da fundação do IAA, em que essa autarquia açucareira começou a estimular um programa de ação superior de um ano.

Para ter uma ideia mais concreta no esforço de um crescimento, que prossegue segundo o relatório da MIC-IAA-BB, que nem sempre é bem orientado e planejado, vale dizer que a consideração do porte das usinas instaladas ou na etapa final de instalação estando disponível a matéria-prima da cana-de-açúcar, como o caso de Alagoas é capaz de produzir 32 milhões de sacos de açúcar e enquanto Pernambuco tem aproximadamente 33 milhões, esse volume nos revela que os mercados internos e externos não nos permitem atingir um patamar mais cedo. Mesmo assim, os grandes parques industriais açucareiros instalados nos dois Estados deverão continuar operando por muito tempo, com uma razoável capacidade ociosa (MAIA GOMES, 1979; p.125).

Para Carvalho (2009), em Alagoas apesar da intervenção do governo, desde o período da existência do IAA, em que pode ser dividida em duas etapas distintas, que corresponde ao desempenho do setor sucroalcooleiro: A partir de 1930 e 1960, que foi um marco importante para o crescimento regular, que representa o processo de institucionalização do complexo canavieiro, quando se criaram os mecanismos de regulação e da defesa permanente como os Planos Anuais de Defesa de Safra, sem, no entanto, dinamizar a expansão da produção por meio de seus instrumentos importantes de financiamento direto, entre 1960 e 1990, que é a fase de crescimento acelerado, onde ocorre o processo de modernização agrícola- industrial, que foi coagida pelo Estado.

A expansão e modernização da Indústria sucroalcooleira do Brasil a partir das décadas de 1950-1980

Para Lima (2010), a partir da década de 1950 ocorreu um marco importante e significativo na expansão da atividade canavieira nacional por meio da consolidação da

transferência que predomina a região Norte/ Nordeste em relação ao Centro-Sul, São Paulo passa a ser o principal produtor de cana-de-açúcar do país (LIMA, 2010; p. 60).

Para Andrade (1997) e Suruagy (1983), na década de 1950, ocorreu um marco muito importante para as usinas Alagoanas, quando os usineiros passaram a ocupar um espaço importante, que lhes pertenciam e se localizavam, nas proximidades das indústrias, nos tabuleiros. Nesta expansão esperada, que iniciou nos anos 50 na usina Sinimbu, logo após a sua aquisição feita pelos irmãos Benedito e Antônio Coutinho (eles trouxeram o vinhoto para o Tabuleiro de São Miguel dos Campos em Alagoas um produto importante para utilização no adubo orgânico), que eram antigamente grandes fornecedores de cana em Pernambuco.

Segundo os mesmos autores o plantio naquele tabuleiro foi pioneiro em 1954. O receio era que o adubo esterilizasse a terra. No máximo que podia a planta, mas, nunca sola. Diziam que tudo que haviam sido plantados no tabuleiro, foi um fracasso. Persistiram. O Estado de Alagoas teve um avanço significativo na produção de açúcar. O Estado produzia, desde o início da década de 1950 um milhão de seiscentos mil sacos de açúcar e atualmente produz vinte milhões. Sendo o terceiro colocado na produção de sacos de açúcar de 60 kg do país e o segundo maior na produção de álcool (ANDRADE, 1997, p.79 e SURUAGY, 1983, p.135-136).

Segundo Andrade (1997), com a expansão dos canaviais, pelos seus principais tabuleiros, que possuíam solos silenciosos e pobres, e possuíam uma matéria orgânica, passaram a estimular os industriais a encararem seriamente a possibilidade do uso da calda da destilaria, como o caso do vinhoto, para os paulistas e a tiborna para os Alagoanos, o vinhoto é lançado aos rios e dissolvido em água nas superfícies desmatadas, que tinham eles mesmo assim, o baixo custo do adubo, em que faz parte da quota matéria orgânica, necessária para correção do solo, mas desde a década de 1930, os usineiros mais progressistas como o Costa Azevedo da Catende, em Pernambuco, e o Carlos Lyra da usina Serra Grande. Mas em Alagoas a situação era bastante diferente, porque havia uma experiência, através da utilização da tiborna com o adubo orgânico, como meio para melhorar os canaviais.

Todavia essa dificuldade maior com esse processo de armazenamento, e o meio de transporte, que revelam, que a calda da destilaria para os campos pode ser altamente corrosiva. Essa experiência, que era bem-sucedida, aconteceu na década de 1950 na usina Palmary. Em Pernambuco, através dos irmãos Cabral da Costa, por meio da usina deles, que transportavam, através dos canos de alumínio- metal mais resistente a corrosão, através do sistema móvel de encanamento de irrigação. Portanto no ponto de vista, que a irrigação com a calda, onde seria feita, em lugares diferentes.

A elevação dos preços do açúcar no mercado internacional, possibilitou a instalação de novas usinas açucareira, como a Santa Clotilde, situada em Rio Largo da família Oiticica, que possuíam engenhos de açúcar naquela área, a Usina Triunfo em Boca da Mata do Grupo Tenório, e a Usina Taquara, em Colônia de Leopoldina do Grupo Lessa. Porém essas usinas, que estão em atividades, apresentaram um grande crescimento de produção até os dias de hoje, a partir de 1960, aconteceu uma tentativa, no município de São Luiz do Quitunde, da implantação da Usina São Francisco, da Cachoeira, mas ela moeu apenas na safra de 1960/61, que cuja produção foi insuficiente.

A partir da década de 1950, os usineiros Pernambucanos, imigraram para Alagoas e adquiriram usinas, que se encontravam em funcionamento, mas não possuíam um crescimento expressivo. No entanto essa transferência começou com os irmãos Coutinho, que foi responsável pela aquisição da Usina Sinimbu, também por Assis Inojosa, que adquiriu a Usina Cachoeira do Meirim, localizada em Maceió, e posteriormente foi

transferida para o Grupo Carlos Lyra, o Ernesto Gomes Maranhão, adquiriu a Usina Santo Antônio, e a partir da década de 80 adquiriu a Usina Camaragibe, em Matriz do Camaragibe, que pertencia ao Dr. Osman Loureiro durante muito tempo, o Manuel Brito proprietário do Grupo Brito, adquiriu as Usina Central Barreiros, e a Santo Inácio, ambos em Pernambuco e também a Usina Santana, em Porto Calvo, em Alagoas, posteriormente essas Usinas foram adquiridas pelo Grupo Otton Bezerra de Melo que se destacam na produção de tecidos e na rede hoteleira, e também o Sampaio transferiu a Usina Roçadinho de Pernambuco para Alagoas, localizada em São Miguel dos Campos, esses acontecimentos repetiam desde a imigração do Carlos Lyra (avó de João Lyra e Carlos Lyra), que implantou as usinas Apolinário e a Serra Grande em São José da Laje.

Onde aconteceu um problema sério em que as usinas, que estavam em processo de crescimento, enfrentavam as suas principais necessidades cada vez maiores de matérias-primas, que não dependia inteiramente da própria produção, nem inteiramente do recebimento da cana, através dos critérios dos fornecedores, se essas usinas fossem moer apenas suas canas próprias, necessitavam de um imenso movimento de grandes capitais na aquisição de propriedades, nas despesas com as safras e a dependência inteiramente com os fornecedores de cana, essas usinas não podiam ter um bom planejamento de sua moagem e de seu próprio crescimento, que se houvesse, durante por muitos anos, certo equilíbrio entre as denominadas canas próprias, cultivadas pelas usinas açucareiras e dos fornecedores.

Com esse crescimento das usinas açucareiras, muitas delas foram transformadas em sociedades anônimas, surgindo uma nova categoria do produtor do insumo, os acionistas e proprietários dos engenhos. Dessa mesma forma as usinas passaram a dispor de cana própria, que foram custeadas, pelas empresas de cana dos fornecedores, cujos produtores independentes, e a elas vinculados, pelas quotas de fornecimento, e a cana dos acionistas, sócios da usina açucareira, que possuíam e cultivavam engenhos como no caso de alguns plantadores de cana que possuíam engenhos próprios para fabricação de açúcar mascavo, rapadura, mel e cachaça.

Apesar dos efeitos do setor sucroalcooleiro, que será focado nesse estudo, considerando como período mais recente a década de 1970. Agroindústria canavieira se beneficiava, no início dos anos 60, por conta do rompimento de Cuba com os Estados Unidos, em que seus lucros obtidos pela consequência do ato político, que iriam ser orientados pelo Governo Federal, em que prol do próprio parque açucareiro, nos anos de 1970.

Na mesma década de 1960 até 1970, onde se tratava de dar uma maior consciência econômica e financeira, como foi posto pelo IAA, realmente demonstravam que está de acordo com o Art. 22, que revela que setor açucareiro procurasse modernizar o seu parque industrial, dando lhes maior competitividade, mesmo assim, os recursos arrecadados seriam aplicado em 45% do seu valor para o Norte-Nordeste, e 30% para o Centro-Sul, ficando num patamar de 25%, o restante seriam aplicados para melhorias e a defesa da agroindústria canavieira (ANDRADE, 1997; p. 81-93).

Segundo Andrade (1989, p. 93-101), entre as unidades desaparecidas nesse período, começaram a salientar as usinas Maria das Mercês e a Roçadinho, foram transferidas para Alagoas, utilizando os acrescentamentos estabelecidos pelos decretos-leis 1.186, de 27 de agosto de 1971 e 1226, de 26 de março de 1973, e a Tiúma, foi adquirida pelo grupo Votorantin e transformada em destilaria autônoma. A partir de 1984, estava passando por uma crise por litígios trabalhistas, mas não moeu, encontrando-se sob intervenção.

Quando os problemas, começaram a se afrontar e a opinião pública começou a exigir soluções para os danos sociais e ambientais, o IAA, passou a intervir e estimular a realização de pesquisas nas estações experimentais que preocupavam-se com a cana-de-açúcar, em Campinas, São Paulo, em Campos, no Rio de Janeiro, e em Alagoas, demandando selecionar sementes a fim de produzir variedades que se acomodassem as principais condições locais, e fazer canteiros onde fossem cultivadas em forma de experimental, as variedades importadas.

Para Anjos e Lages (2010), desde o início da década de 1970, onde havia uma expectativa, quanto o aumento da demanda interna do açúcar e isso, juntamente com a valorização do preço do açúcar no mercado internacional, fez de fato com que o IAA começasse a criar dois programas de modernização do setor sucroalcooleiro. Esses incentivos tiveram uma forte participação, através da instalação, onde viabilizariam o aumento das receitas com a exportação do açúcar, logo no começo dos anos 60 e pela elevação observada internacionalmente nos preços desses produtos.

Para Andrade (1989, p. 103), esses decretos apresentaram uma forte repercussão no Estado de Pernambuco importunando a fusão de usinas e a transferência dessas unidades para outras áreas favoráveis. Para isso o governo financiava, a juros abertos e um grande período de carência, os empresários se engajaram no programa de uma vez que o IAA aprontava nas grandes reservas naturais do Fundo de Exportação, acumuladas nesse período favorável no mercado externo, que sucedeu no período de 1971 a 1974.

Segundo Carvalho (2009), esses fundos e programas, surgiram pela constatação de pequeno grau nesse processo de modernização da agroindústria canavieira, e a relativa falta de importância da inovação da tecnologia, e do progresso técnico no interior da agroindústria canavieira. Os programas federais para o setor sucroalcooleiro tiveram uma forte imigração para esse segmento agroindustrial nordestino, que contribuiu nas quantidades fabulosas de recursos, oriundos dessa significação nas principais mudanças substanciais, quanto no rendimento industrial e agrícola, que aproximasse nos seus níveis de produtividade em relação aos paulistas.

Em Alagoas, nas três principais décadas, logo após da implantação de programas de modernização, que se adaptou nas principais condições de solo da ação agrícola, esses fatores, causaram a permanência da baixa produtividade, que ainda continua: “o tratamento inadequado na cultura da cana-de-açúcar, por falta de novas variedades de cana, onde as condições de solo do nosso Estado, pela degeneração progressiva da cana que, tem uma carência de mão-de-obra capacitada para, o desenvolvimento desta cultura e a queima da cana (CARVALHO, 2009; p. 34).

Lages (1993), neste contexto importante, que possui uma compressão mais profunda dos seus principais fatores, que ainda vêm levando ao aumento da tecnologia da atividade canavieira, entre as regiões produtoras de açúcar, que passaram a ser o principal instrumento para definição de uma estratégia, que dão um verdadeiro suporte para o setor sucroalcooleiro, e, que inclusive, para fazer uma avaliação correta na parte equívoca da política de subsídios concedidos, que são menos eficientes, como o Estado de Alagoas e Pernambuco, que fazem parte da região nordestina e no Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, que faz parte do Sudeste.

Para o mesmo autor vale frisar, que os subsídios foram criados em 1971, e foi iniciado somente para os Estados do Norte-Nordeste que estavam previstos para sua retirada na safra de 1977/78, era esperado um aumento da produtividade da agroindústria canavieira, que obteve um bom resultado dos programas de modernização do setor canavieiro. Mas isso não

aconteceu porque os subsídios que estavam estendendo aos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, passaram a ter suas próprias áreas Canavieiras, que foram incorporadas a essa forma de proteção na safra de 1983/84.

As explicações tradicionais para o desenvolvimento da inovação da produtividade inter-regionais, que na sua grande maioria, partem numa oratória comum de que os fatores geográficos e climáticos se destacam como talvez os fatores mais importantes para os aspectos relevantes, que estão ligados diretamente a topografia acidentado predominante no Nordeste, onde impede a utilização da mecanização e os benefícios que estimulavam o aumento da produtividade e da economia da mão-de-obra.

Por outro lado, os principais índices de avaliação de eficiência das unidades produtivas (produtividade agrícola e rendimento industrial e custo de produção), que demonstram que a crise econômica é uma característica na maior parte dos produtores, onde estão concentrados em Alagoas e Pernambuco, em confronto com o Estado de São Paulo.

Por outro aspecto mais relevante que os estudos sobre esse tema não fazem parte de uma avaliação empírica mais precisam da influência da difusão da tecnologia, no entanto, o fator determinante da diferença inter-regional da produtividade, que inclusivamente naquele tipo de inovação da tecnológica possui uma aplicação independente de uma determinada microrregião, possui um relevo acidentado. De acordo com esse estudo referente a esse tema é revelado que não se destacam a difusão e a absorção da tecnologia, estão disponíveis e podem reduzir de fato algumas microrregiões nordestinas e até acabar com a diferença do rendimento agroindustrial do Centro-Sul, em relação com o Nordeste, que atualmente vem acontecendo na maior parte.

Mas nesse contexto, do PROÁLCOOL, que teve uma forte alternativa para promover uma diversificação do setor sucroalcooleiro brasileiro com aproveitamento do subproduto, que é utilizado da cana, na indústria sucroquímica e na biotecnologia são uma forma alternativa para abertura de uma perspectiva para a indústria sucroalcooleira no Brasil, que não vem sendo aproveitado na mesma magnitude do país. Pelas duas principais regiões produtoras do país.

Todavia muitos usineiros brasileiros não souberam investir adequadamente os recursos oriundos do PROÁLCOOL, especialmente com respeito a área agrícola, como a utilização das variedades de cana, o uso exclusivo de fertilizantes, o planejamento do corte de cana e a moagem, que utiliza o caldo para produção de açúcar, álcool e o melaço, especialmente na área agrícola, onde vem ampliando a distância cada vez maior do Estado de São Paulo em relação aos dois Estados do Nordeste brasileiros. A COPERRSUCAR-SP, por exemplo, vem trabalhando na geração, capacitação e transferência de tecnologia para suas unidades açucareiras cooperadas, alcançando um excelente resultado. Fazendo elevados investimentos nas destilarias cooperadas que apresentavam uma redução dos seus perspectivas custos de produção do álcool no começo da década de 1980.

No Nordeste brasileiro, as cooperativas de produtores vêm contribuindo recentemente e estão preocupadas em trabalhar com novas tecnologias de ponta, mesmo assim, as suas principais iniciativas, estão ficando restritas quase exclusivamente na absorção de novas variedades de cana, que vem sendo na sua grande maioria proveniente da COPERSUCAR-SP, não se tendo bom conhecimento de que as cooperativas de produtores nordestinos estejam trabalhando aos menos favorecidos na geração de novas variedades.

Para Andrade (1997), esse crescimento se tornou mais moderado a partir da década de 1980, uma vez que nesta década de 1970 era muito favorável à expansão da cultura da cana-de-açúcar, que predominou praticamente todas as áreas que lhes eram ecologicamente

favoráveis. Vinha surgindo nos trechos do Agreste oriental, de onde os maiores índices pluviométricos são bastante inferiores até 1500 m., provocando sérios problemas nos anos de estiagem. Nesse mesmo período, em que a cana-de-açúcar não, era ainda mais uma simples monocultura na época do período colonial, as oscilações das safras se faziam. Entretanto com a natureza, que tem mais intensidade, quando a cana já extinguiu as lavouras, que corriam na disputa de um verdadeiro espaço geográfico, os usineiros e os fornecedores de cana com grandes capitais, já aplicados, não se encontrava a opção para sua substituição por outra lavoura.

Segundo o mesmo autor, as principais mudanças, que foram observadas nas principais safras de 1985/86 e 1987/88, foram as seguintes: A Usina Capricho deixou de produzir açúcar para concentra-se na produção do melaço, que é um tipo de mel rico; a Usina Coruripe, se afastou enormemente das outras usinas, possuindo uma produção de uma totalidade de 2,5 milhões de sacos de açúcar de 50 kg; a Usina Caeté se manteve como segunda colocada. Mas as usinas, que são consideradas de grande porte, com uma produção superior de um milhão de sacos de açúcar na safra de 1987/88, onde correspondiam a onze, enquanto as usinas de médio porte, que produziam mais de 500 mil sacos de açúcar de 50 kg e menos de um milhão correspondiam a nove, no entanto seis unidades poderiam ser classificadas de usinas de pequeno porte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, Manuel, Correia de. **Área do Sistema Canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988 (Serie de Estudo Regionais, 18).

_____. **História da Usina de Açúcar de Pernambuco**. Recife. Massangada, 1989

_____. **Usinas e destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço**. Maceió: EDUFAL, 1997.

_____. **Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco**, Estudo Avançado, 15 (43), 2001.

ANJOS, K. P. ; LAGES, A. M. G. . **Desregulamentação e Migração da Cana-de-Açúcar em Alagoas**. In: 48 Congresso SOBER, 2010, Campo Grande. Tecnologia, Desenvolvimento e Integração Social, 2010.

DIÉGUES JR. Manuel. **Os banguês nas Alagoas**. 2 Ed. Maceió: Edufal, 1980

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32ª Ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2005.

HEREDIA, Beatriz. **Formas de Dominação e Espaço Social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. SP: Ed. Marco Zero, 1988

LIMA, Araken Alves de. A evolução da agroindústria canavieira alagoana: da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) ao processo de modernização da década de 1960. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, AL, v.3, n.9, p. 39-74, set/dez. 2010.

MAIA GOMES, Gustavo. Caráter e conseqüências da intervenção estatal do setor açucareiro do brasil - 1933/1978. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 3, p. 122-150, 1979.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: O desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875- 1941)**. Dissertação de Mestrado em História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MEYER, Antônio Correia. **A Cultura da Cana-de-Açúcar e a Indústria Açucareira de São Paulo**. Empresa Gráfica da Revista de Tribunais” LTDA. Rua Conde de Sarzedas 38 - São Paulo, p. 7-43. 1941.

RAMOS, Pedro. BELIK, Walter. **Intervenção estatal e a agroindústria canavieira no Brasil**. R. Econ. Sociol. rural, Brasília, 27(2):197-214, abr./jun. 1989.

SANT'ANA, Moacir de Medeiros. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, Museu do Açúcar, 1970.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)**. São Paulo, 1979. Ed. HUCITEC/UNICAMP.

SURUAGY, Divaldo. **Figuras de Alagoas**, Maceió, Sergasa, 1983, p.135-136

TENÓRIO, Douglas Aprato. **O Caminhos do Açúcar em Alagoas do banguê à usina, do escravo ao bóia-fria**. Revista Incelências, 2011, 2(1), pp. 5-27

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. **Agroindústria Canavieira**. 2003, Campinas, 2003. ED. Átomo. Cap. 2